

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE REDES DE INTERCÂMBIO NO BRASIL*

CASSANDRA LÚCIA DE MAYA VIANA SOUZA

Aluna do Curso de Mestrado em
Biblioteconomia e Documentação
Universidade de Brasília
70910 Brasília, DF

Tece comentários quanto a conceito, funções e problemática da implementação de redes de intercâmbio no Brasil. Analisa as dificuldades existentes em termos de tecnologias, custos, compatibilidade e padronização, a nível nacional e internacional. Questiona a viabilidade da aplicação das propostas de alguns autores e sugere nova abordagem para o tema.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento de redes de bibliotecas para viabilizar a abrangência do complexo universo de necessidades de informação a que são submetidas isoladamente não é um fato recente, e tampouco restrito aos países em desenvolvimento.

Ao contrário, o que se verifica é um grande empenho, por parte das nações em que as bibliotecas dispõem de amplos recursos financeiros e de infra-estrutura, de implementação de mecanismos de interligação de serviços e insumos. O objetivo primordial é a eficácia na transferência de informações. Veja-se, por exemplo, o caso da OCLC, nos Estados Unidos, e da BLDSC, na Inglaterra.

Em nosso caso, trata-se de um tema a que se tem atribuído considerável relevância, tendo em vista as barreiras de origem institucional, econômica, política, etc., que impedem o intercâmbio e a disponibilidade de informações. Se, por um lado, estes fatores são uma conseqüência de nossa situação de dependência, por outro,

* Trabalho elaborado para avaliação final da disciplina **Redes de Intercâmbio**, ministrada no Curso de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior - CEBIES - em novembro de 1987.

acabam por reforçar a estrutura de dominação, já que, inegavelmente, a informação vem se tornando, cada vez mais, um fator de poder.

Por isto, procurou-se verificar, na literatura, como está sendo colocada, em sua complexidade, a problemática da implantação de redes de dados bibliográficos, e sua possível aplicabilidade ao caso do Brasil.

2. O QUE É UMA REDE?

A concepção de rede está associada à própria idéia de cooperação.

Um sistema de cooperação é capaz de suprir deficiências e otimizar a aplicação de recursos. E é com base neste pressuposto que, em caráter informal, tem-se verificado um compartilhamento de acervos e serviços entre as bibliotecas (Silva, 1986).

A estruturação de redes tornou-se necessária para ampliar e garantir os benefícios obtidos com a cooperação, revestindo-a de uma formalização e sistematização que proporcionariam maior eficiência.

De fato, Bonfanti & Marquez (1977), citando Budington, confirmam este parecer, dizendo que a metamorfose da cooperação às redes parece fundamentar-se na formalização e planificação, na aplicação derivada de novas mecânicas e técnicas, melhor que a maior quantidade de velhos procedimentos e maior movimentação.

Segundo Arboleda-Sepúlveda (1977), o estabelecimento de uma definição para o que se denominou de redes de informação ou de bibliotecas operou-se como conseqüência da aplicação dos conceitos de sistemas, análise de sistemas, técnicas de sistemas, etc., e ainda pelo impacto da introdução das novas tecnologias.

Pode-se supor que a partir daí é que se tenham suscitado as discussões e divergências quanto aos limites e abrangência dos termos **sistema** e **rede**.

Adams, citado por Bonfanti & Marquez (1977), apresenta uma definição de rede como consistindo em "unidades funcionais independentes, ou quase independentes, com serviços e funções inter-relacionadas e convênios de cooperação sobre uma base de normalização, atuando de uma maneira descentralizada, porém reticular".

Adams também considera que um sistema pode ser definido arbitrariamente, como uma associação de funções inter-relacionadas, sob um único controle, que visa à obtenção de produtos e serviços úteis. A diferenciação, segundo ele, se daria pelo fato de uma rede não possuir "um controle único".

Contribuindo para o estabelecimento de um consenso, é mencionado, em Cunha (1977), o documento da UNESCO para implementação do UNISIST, em que se procura deixar claro, seja considerando **sistemas** ou **redes**, que estes conceitos são complementares, e que representam "um conjunto de componentes inter-relacionados que, de comum acordo, promovem a transmissão da informação dos produtores aos usuários da mesma, de conformidade com normas e procedimentos

idênticos ou compatíveis. Cada componente pode, por sua vez, ser tido como um sistema, em relação à sua integração interna (vertical), ou como um subsistema, com relação às suas conexões externas (horizontais)".

Existe um grande número de definições para ambos os termos, gerando uma polêmica que não cabe, neste momento, aprofundar. Passaremos agora a abordar o que se espera obter com a estruturação de redes de informação.

3. FINALIDADES DAS REDES

Aparentemente, a idéia de desenvolvimento de redes em países como o Brasil visa, precipuamente, a sanar as deficiências, bastante acentuadas, em termos de acervo e recursos em geral, para a oferta de serviços apropriados. Porém, muitas são as vantagens atribuídas a este tipo de estrutura.

Cunha (1977) menciona três princípios em que se baseiam os sistemas de informação em geral: controle da informação, transferência da informação e cooperação.

Estes princípios parece também estarem presentes nos objetivos apresentados por Bonfanti & Marquez (1977), de disponibilidade e acessibilidade da informação, integração e coordenação das estruturas de documentação, seletividade e flexibilidade no tratamento de dados.

Entretanto, Vodamic (1977) parece ter colocado melhor esta questão, considerando o contexto sócio-econômico e o problema da dependência, quando afirma que "os países em desenvolvimento procuram criar redes ou sistemas de informação como um meio que lhes permita enfrentar os variados e complexos problemas impostos por esta dita condição".

Ora, sabe-se que o surgimento das tecnologias de computador foi um fator de grande estímulo para o desenvolvimento de redes de informação em países desenvolvidos. Sobre isto, Cuadra (1967), citando R. Swanson, diz que a tecnologia modificou a estrutura física necessária para a implementação de serviços integrados e, com isto, não há mais necessidade de centralização física. Através de adequados programas incluindo mecanismos de transferência, estruturados em forma de rede, pode-se, agora, associar e dissociar bancos de dados especializados, situados em diversas localidades.

Em nosso caso, esse processo de automação a nível dos organismos de informação, e mais especificamente das bibliotecas, não se deu de forma generalizada e uniforme como naqueles países, pelos motivos já conhecidos. O que se verifica é que, em muitos casos, os recursos de tecnologias de informação que poderiam ajudar a suprir as lacunas existentes em termos de financiamento não estão acessíveis economicamente para serem utilizados na implementação de redes em nosso País.

Vê-se, portanto, que um tal empreendimento, no Brasil, se defrontará com

inúmeras barreiras, transformando-se em verdadeiro **enigma da esfinge** o seguinte questionamento: como se pode superar as barreiras impostas pela falta de recursos financeiros e de informação se apenas os países que detêm o poder econômico podem dispor da tecnologia apropriada para suprir estas mesmas barreiras?

4. A IMPLEMENTAÇÃO DE REDES

A decisão no sentido de implementar uma rede deve ser fundamentada em um estudo da situação em que se encontram os vários possíveis componentes que serão conectados. Eis o que comenta Arboleda-Sepulveda (1977): "é necessário, para o planejamento sistemático de uma rede de informação, a realização de estudos de diagnósticos que representem uma coleta sistemática de dados sobre todos os fatos e aspectos envolvidos em uma determinada situação ou grupo delas". Estes estudos, segundo ele, deveriam abranger as atividades, operações, pessoal, utilização de recursos de informação, usuários etc., de forma a obter-se uma visão geral da situação."

Robredo & Chastinet (1977) mencionam algumas etapas que devem ser obedecidas, a saber: diagnóstico, definição de objetivos, justificativa, abrangência, projeto, programação, etc., e discorrem sobre alguns fatores que devem ser considerados, como os de ordem tecnológica, de infra-estrutura, humanos e ambientais.

Entretanto, ao descreverem estes fatores, não apresentam um diagnóstico sobre os recursos disponíveis nos órgãos que farão parte da rede, partindo, assim, do princípio de que todas as redes são idênticas, quaisquer que sejam as condições dos integrantes, e que, portanto, suas colocações podem ser generalizadas. Fazem, inclusive, afirmações do tipo: "disponha-se de recursos tecnológicos avançados eficazes, que podem ser transferidos com relativa facilidade para os países em desenvolvimento". Neste caso, pergunta-se: quais são as reais possibilidades ou necessidades (que não são sequer mencionadas), de um determinado componente de um tipo específico de rede, de dispor de recursos automatizados? Uma resposta adequada certamente se originaria de uma análise, caso a caso, da infra-estrutura das bibliotecas no Brasil e das necessidades de informação das comunidades por elas atendidas. Trata-se de uma afirmação de caráter geral, que nivela as bibliotecas componentes segundo a situação ou parâmetro das mais bem aparelhadas e subvencionadas, quando, na realidade, sabe-se dos desníveis existentes.

Já quanto aos fatores da infra-estrutura, observa-se uma análise mais realista, sugerindo, os autores, a aplicação de medidas alternativas tendo em vista as deficiências verificadas no País. E ainda, quanto aos fatores humanos e ambientais, incluem recomendações para que se ofereçam vantagens econômicas e profissionais aos especialistas e técnicos que trabalhem dentro da rede, visando sua manutenção nos cargos que ocupam, além de se utilizarem os conhecimentos e colaboração de consultores internacionais.

Ora, isto só será possível em um esquema dependente da subvenção e apoio governamentais, significando que, frente à instabilidade a nível de políticas governamentais, se por qualquer motivo este apoio vier a faltar, todos os planos e empreendimentos serão descontinuados, o que, sendo bastante freqüente em nosso País, não permitiria a conservação do quadro de pessoal da rede.

De fato, Silva (1986), citando Almada de Ascencio, confirma isto, resumindo os problemas que mais afetam o funcionamento de redes no Terceiro Mundo em: restrições econômicas; falta de treinamento adequado dos recursos humanos; falta de consistência e total descontinuidade dos programas a longo prazo; desenvolvimento heterogêneo dos componentes infra-estruturais e mudanças de prioridades nos programas governamentais; pouca cooperação efetiva entre as instituições, devido, principalmente, à falta de informação relativa ao desenvolvimento de serviços locais; e falta de objetividade das estratégias do planejamento.

O problema dos custos parece-nos digno de reflexão ao observarmos a preocupação de bibliotecários e outros profissionais ligados à informação, mesmo em países desenvolvidos, em requerer uma maior participação dos governos estaduais e federal no financiamento de uma rede nacional, apesar dos seus princípios de não intervenção do governo nos setores privados, que se achavam, naquele caso, representados por algumas indústrias de informação (Galvin, 1979). Pode-se ter certeza de que não são pequenas quantias que promovem a efetiva operação de uma rede. Além disso, na visão daqueles que atuam no seu financiamento, trata-se de um investimento. No caso, a não justificação do mesmo em termos de custo-benefício, ou de outros critérios objetivos, tornar-se-ia um forte argumento para serem descontinuados.

Cunha (1977) discrimina algumas medidas de ordem prática, imprescindíveis para a interconexão dos componentes das redes e para que ocorra a transferência horizontal. Entre elas estão: o estabelecimento de uma política de informação, que consistiria em determinar as diretrizes gerais visando a conjugar os esforços de todas as entidades envolvidas, e um planejamento apropriado; a garantia da compatibilidade e convertibilidade entre todos os sistemas envolvidos; o conhecimento e estudo da viabilidade de utilização de cada um dos recursos de telecomunicação existentes; a determinação das necessidades de pessoal e de sua formação técnica; distribuição das despesas entre os vários componentes funcionais.

Como se pôde observar, um dos fatores mencionados por esta autora é a compatibilidade ou convertibilidade para permitir a comunicação e o intercâmbio entre os componentes da rede. Na literatura verifica-se o grande número de autores que se atêm a este problema, denotando a grande preocupação existente, inclusive no caso de interligação de vários sistemas a nível nacional ou internacional.

Cuadra (s.n.t.), por exemplo, citando Baxendale, diz que "o fato de se poder estabelecer ligações físicas entre vários sistemas não assegura que haverá uma

real comunicação entre eles. Compatibilidade ou convertibilidade de terminologia é um problema muito sério, mesmo dentro de um pequeno grupo de elementos participantes”.

A determinação de nivelar-se aos padrões internacionais pode ser observada nas afirmações de Cunha (1987), de que “o surgimento do MARC (Machine Readable Cataloging), que havia sido desenvolvido em 1968, pela Library of Congress, propiciou o formato-padrão para intercâmbio de dados catalográficos”. E ainda, mencionado o documento do 1º Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, diz que este sugere ações para “apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO, estimulando seu constante aprimoramento, de maneira a assegurar a compatibilidade aos padrões internacionais”.

Na verdade, alguns órgãos fora do País, como a UNESCO, vêm estimulando tal atitude, com o estabelecimento de normas internacionais e a organização de serviços consultivos e de assistência operacional (Dusoulier, 1976).

Entretanto, Vodanovic (1977), analisando a recomendação número 20 do UNISIST, em confronto com as condições dos países em desenvolvimento, apontou algumas dificuldades para a existência de uma real compatibilização. Entre elas encontram-se: a escassez de recursos financeiros e de informação; limitações à cooperação internacional, especialmente por motivos de desequilíbrio no balanço de pagamentos e instabilidade política dos governos; a normalização de métodos e procedimentos esbarra na falta de preparação técnica dos recursos humanos para adotá-los, o que, por sua vez, se deve, sobretudo, à insuficiência no ensino da Biblioteconomia a nível nacional e à dificuldade de mobilização dos recursos humanos para o exterior, de modo a aprenderem com a experiência de outros países.

Com efeito, pode-se, então, fazer as seguintes indagações: como se pode obter um padrão ou compatibilidade entre os elementos de uma rede, seja a nível nacional ou internacional, tendo em vista os desniveis econômicos existentes? Quantos profissionais estão, atualmente, efetivamente capacitados a utilizarem o sistema de catalogação AACR2? Como se pode superar os problemas ocasionados por uma formação cuja deficiência é inerente ao sistema educacional do País?

Acrescentamos aqui as indagações e comentários de Dusoulier (1976), que parecem bastante apropriados: “A nível internacional, perguntamos se os grandes sistemas criados, baseados em sistemas já predominantes na área, estão verdadeiramente aptos a responder às necessidades de todos os países que participam. Perguntamos: o esforço dispendido está, para certos países, realmente justificado pela utilização que eles fazem do sistema? Podemos duvidar. Com efeito, para cada país deve haver certa estrutura para administrar a participação nacional em um sistema cooperativo. Esta estrutura é muitas vezes dispendiosa em relação à participação e aos serviços obtidos.” E acrescenta: “não existiria um perigo maior de criação de sistemas baseados mais sobre considerações teóricas do que sobre ne-

cessidades claramente definidas cu mesmo reais? Preocupados em não ficar alheios ao que vem sendo realizado, os países não se verão obrigados a gastos inúteis, que nunca teriam sido feitos para suas próprias necessidades?"

Neste ponto, uma outra reflexão deve ser suscitada quanto à validade deste nivelamento aos padrões de nações cuja demanda de informações difere da nossa em quantidade e qualidade. Não estaríamos tentando impor, com isto, aos nossos usuários, um tipo de produto que não lhes é apropriado? Dever-se-ia consicierar, no caso, se o padrão da oferta é compatível com o padrão referido e efetivamente demandado pelo usuário dos países em desenvolvimento.

5. REDES E SOCIEDADE

Segundo Tarapanoff (1982), a biblioteca é um sistema social e, como tal, influencia e é influenciada pelo meio ambiente em que se insere. A biblioteca serve à organização a que está vinculada, à comunidade, representada por seus usuários, e, indiretamente, à sociedade como um todo. Um maior grau de interação entre a biblioteca e a comunidade, entre a biblioteca e a sociedade, favorecerá sua legitimação social (Tarapanoff, 1984), e, inversamente, desfavorecerá um possível processo entrópico.

Assim, se é verdade que uma biblioteca precisa ajustar-se às condições de seu meio ambiente para poder sobreviver, o que se pode supor quanto a uma rede delas?

Loureiro (1985) nos auxilia a esclarecer esta dúvida quando, em sua dissertação, mostra as condições sob as quais foi criada e extinta a Rede de Bibliotecas da Amazônia (REBAM), suas funções política, cultural e social, e que são inerentes a todo sistema dentro da sociedade. A abordagem histórica permitiu verificar como interesses políticos de grupos específicos, objetivos autoritaristas, política de poder pessoal (centrada em uma figura carismática, ou em mãos poderosas) e diretrizes nacionais desvinculadas das possibilidades concretas de execução podem afetar negativamente projetos de grande interesse para o país.

Pode-se dizer, então, que as redes também interferem e sofrem interferência a nível do meio ambiente em que se inserem, tanto em termos da conjuntura política, econômica, etc. do país, quanto da própria filosofia administrativa, implícita e explícita, que norteia a sua implantação.

Entretanto, estes fatores nem sempre são considerados nos estudos sobre este tema, dando-se ênfase às questões de infra-estrutura e de operação, sobretudo.

A não adequação às realidades locais, ou a imposição de uma estrutura formal a partir de decisões de autoridades, de forma não participativa, pode fadar a iniciativa ao insucesso pelo simples fato de não haver uma **consciência de rede** por parte daqueles que nela trabalharão efetivamente. Por **consciência de rede** enten-

de-se uma compreensão do funcionamento e necessidade da existência da rede, uma identificação pessoal com os propósitos da mesma, e mesmo uma capacidade técnica para torná-la operacional.

Dificuldades como estas podem ocorrer em muitos casos. Algumas delas foram mencionadas por Magalhães (1986), em seu artigo sobre a implantação da Rede de Bibliotecas Agrícolas e Afins do Paraná, criada em 1980.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

Parece existir um distanciamento acentuado entre alguns trabalhos publicados e a realidade enfrentada, no dia a dia, pelas bibliotecas brasileiras. Todo esse aparato teórico ainda não foi capaz de ajustar-se a necessidades claramente definidas, pelo próprio fato de não estarem, as afirmações, fundamentadas em diagnósticos, estatísticas etc., e principalmente por basearem-se em um paradigma mecanicista de transferência de informação, isto é, por não considerarem as condições do **receptor** para utilizar ou assimilar o produto que lhe é apresentado. Parte-se do pressuposto de que a existência de uma rede devidamente estruturada e instrumentalizada levará, incondicionalmente, a um eficiente intercâmbio entre os seus componentes.

É preciso haver uma conscientização de que a existência e disponibilidade das tecnologias de automação não necessariamente irão garantir a satisfação do usuário. É necessário modificar-se a concepção vigente de que a transferência da informação consiste em um processo linear, preestabelecido e independente do contexto histórico-social e cognitivo do usuário. Vários estudos têm sido realizados no sentido de se adotar uma nova abordagem para este tema: modelos participativos de comunicação, de transferência de informações etc., e estes deveriam ser considerados.

Este tipo de concepção, a que nos referimos primeiramente, não tem estado presente apenas na relação com o usuário e com aqueles a quem nos propomos a transmitir conhecimentos ou informações das mais variadas formas, mas concretiza-se na própria relação subordinada, superordenada e paternalista a que nos submetemos frente aos países desenvolvidos. Tal atitude contribui, de forma eficaz, para a manutenção das estruturas de dominação e, por isto, deve ser questionada.

Com isto não se está negando a validade das iniciativas, seja de caráter formal ou informal, que têm procurado garantir a reunião dos registros da produção nacional em uma única central (BIBLIODATA), a Catalogação Cooperativa (CALCO), o intercâmbio entre as bibliotecas universitárias (PNBU) etc. Pretende-se, apenas, alertar para o viés mecanicista que tem norteado tais empreendimentos.

Uma sugestão pode ser feita visando a modificação deste quadro: a recíproca do que se afirmou anteriormente também é verdadeira, isto é, não necessariamente, para existir uma rede, teremos que dispor das tecnologias de automação. Caso tais

tecnologias não sejam acessíveis a todos os componentes (do mesmo modo que para outras situações propõem-se e experimentam-se soluções alternativas), por que não tentar ou criar novas técnicas manuais?

Além disto, dever-se-ia partir de uma concepção mais participativa da transferência de informação e da implementação de redes de informação. A integração biblioteca-rede-sociedade é fundamental tanto para a garantia da legitimação social de nossa profissão como para que os serviços oferecidos não tenham o caráter de massificação cultural ou de transferência de modelos científicos e tecnológicos inadequados à realidade e às necessidades nacionais. Aqui, também, se propõe um novo tipo de abordagem, baseada na Teoria de Sistemas Aplicada às Organizações, que permite visualizar as relações entre os vários subsistemas sociais, seja a nível nacional ou internacional. Uma visão mais social das redes.

Caso não haja tal conscientização, a quem estaremos servindo: ao povo ou às elites?

Abstract

The author presents comments on concept, functions and network's development perspective in Brazil. Comments upon the difficulties concerning technology adoption, costs, systems compatibility and standards at national and international levels. In face of the availability of resources and effective needs, analyses some proposals and suggests a new approach for the subject.

REFERÊNCIAS

1. ARBOLEDA-SEPÚLVEDA, O. Los estudios de diagnóstico en el desarrollo de redes de información agrícola en América Latina. In: REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS, 4, México, 1975. Turrialba, AIBDA, 1977. P. 67-82.
2. BONFANTI, C. & MARQUEZ, O. Redes de información: definición, objetivos, justificación. In: REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS, 4, México, 1975. Turrialba, AIBDA, 1977, P. 53-66.
3. CEBOTAREV, E. **Novas ferramentas para a comunicação intercultural: pesquisa participativa e tecnologia apropriada.** Viçosa, UFV, 1983, 20 p.
4. CUADRA, C. A. Progress in information science and technology. In: FID. **Conferência**, 33, Tóquio, 1967. s.n.t. p. 1-16.
5. CUNHA, L. G. C. da. Sistemas e redes de informação. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, 6 (1): 35-43, 1977.
6. CUNHA, M. B. da. Rede de dados bibliográficos no Brasil: uma necessidade real. **R. Bibliotecon. Brasília**, Brasília, 15 (1): 23-34, jan/jun, 1987.
7. DUSOULIER, N. Síntese da informação científica no mundo. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, 5 (1/2): 77-81, 1976.
8. GALVIN, T. J. **Structure and governance of library networks: issues for consideration.** Washington, National Commission on Libraries and Information Science, 1979, 12 p.

Algumas reflexões sobre a Implementação de Redes...

9. LOUREIRO, M.C.G. *Rede de Bibliotecas da Amazônia: da gênese ao desaparecimento*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985. Dissertação de Mestrado.
10. MAGALHÃES, L. M. B. Rede de Bibliotecas Agrícolas e Afins do Paraná: algumas considerações. *Revista AIBDA*, 7(2): 55-61, jul./dez. 1986.
11. ROBREDO, J. & CHASTINET, Y. S. Problemática de la implantacion y operacion de redes de informacion en los paises en desarrollo. In: REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS, 4, México, 1975. Turrialba, AIBDA, 1977. p. 91-5.
12. SILVA, E. L. da. Compartilhamento de recursos e o papel das redes de informação. *R. Bibliotecon. Brasília*, Brasília, 14(2): 209-25, jul./dez. 1986.
13. TARAPANOFF, K. Biblioteca integrada e sociedade: referencial teórico. *Ci. Inf.*, Brasília, 13(1): 3-9, jan./jun. 1984.
14. TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária vista como uma organização social. In: MACHADO, U.D., ed. *Estudos avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1982. p. 73-92.
15. VODANOVIC, B.J. de. Diseño y programacion de redes de informacion. In: REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS, 4, México, 1975, Turrialba, AIBDA, 1977. p. 83-9.

Agradecimentos

A autora agradece ao Prof. Antonio Miranda, por sugerir a publicação deste trabalho, e aos membros do Conselho Editorial da RBB, anônimos, que fizeram observações importantes para o enriquecimento do mesmo.